

Indústrias Colombo S.A.

CNPJ nº 45.127.545/0001-00

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

Main financial statement table with columns for Balances Patrimoniais, Demonstration of Changes in Equity, Demonstration of Results, and Demonstration of Cash Flows. Includes sub-sections for 'NOTAS EXPLICATIVAS' and 'Ativos não financeiros'.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/05/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

Indústrias Colombo S.A.

são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Os passivos são classificados como circulantes quando sua liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. (m) IRPJ e CSLL: i. Correntes: O IRPJ e a CSLL são calculados com base nos lucros tributáveis, de acordo com a legislação tributária brasileira aplicável ao critério do lucro real, à taxa de 15% de IRPJ, com adicional de 10% sobre o excedente à R\$ 240.000, e 9% de CSLL. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. ii. Diferidos: IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Entretanto, o IRPJ e a CSLL diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. IRPJ e CSLL diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis e aplicáveis quando o respectivo IRPJ e CSLL forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de IRPJ e CSLL diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada em cada data de balanço e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data do balanço, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data de divulgação, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados no grupo "Ajustes de avaliação patrimonial" cujos efeitos são registrados diretamente no patrimônio líquido. (n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando aplicável; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia e suas controladas questionaram a inconstitucionalidade de tributos. i. Provisão para riscos processuais (contingências): Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas nas opiniões dos assessores legais da Companhia e suas controladas. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão descritos na Nota Explicativa nº 23. (o) Ajuste do resultado: O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. (p) Reconhecimento de receita: A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todas as seguintes condições forem cumpridas: • A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; • A Companhia não possui envolvimento administrativo contínuo no nível normalmente associado à propriedade ou controle efetivo sobre os produtos vendidos; • O valor da receita pode ser calculado com confiabilidade; • É provável que os benefícios econômicos associados à transação passem para a Companhia; • Os custos incorridos ou a incorrer relacionados à transação podem ser calculados com confiabilidade. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. Na prática, a receita é mensurada tendo como base a emissão da nota fiscal. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega e quando do cumprimento de todas as condições descritas acima. (q) Receitas financeiras e despesas financeiras: i. Receitas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros recebidos de títulos em atraso e descontos recebidos/obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. ii. Despesas financeiras: As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, tarifas bancárias e variação cambial passiva de aquisição de matéria-prima importada adquiridas de fornecedores estrangeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. (r) Aspectos ambientais: A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. 4. Caixa e equivalentes de caixa: 2023 2022 Caixa 89.770 112.188 Saldos Bancários 20.273.068 25.296.618 Aplicações Financeiras 58.938.510 31.801.397 79.301.349 57.210.202 O saldo de caixa e equivalentes de caixa compreende os depósitos em conta corrente disponíveis para o uso imediato. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em aplicações CDB, indexadas à variação do CDI. As aplicações permitem o resgate imediato sem encargos por antecipação. O valor resgatado é equivalente ao valor aplicado adicionado dos rendimentos líquidos de impostos até o momento do resgate, sendo sua média em 95% de rendimentos das aplicações financeiras. 5. Outros investimentos: 2023 2022 Outros investimentos 277.108 1.542.537 277.108 1.542.537 O saldo de outros investimentos consiste em valores caucionados para garantir as captações feitas com as instituições financeiras. 6. Contas a receber de clientes: 2023 2022 Duplicatas a receber no mercado interno 64.075.850 40.399.508 Duplicatas a receber no mercado externo 115.940.264 101.039.106 (-) Provisão com crédito de liquidação duvidosa (4.828.788) (5.560.837) 175.187.326 135.877.778

A Companhia e suas controladas, em 31/12/2023 e 2022, não possuíam nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente. A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações contábeis é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento. A Companhia e suas controladas não mantêm qualquer garantia para os títulos em atraso. A análise de vencimento dos títulos registrados nas contas a receber está apresentada a seguir: 2023 2022 A vencer 161.803.656 130.401.875 Vencidos até 30 dias 4.452.757 1.591.290 Vencidos de 31 a 90 dias 1.254.413 350.651 Vencidos acima de 90 dias 12.505.288 9.094.799 180.016.114 141.438.615 A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foi calculada para o saldo integral dos clientes que possuíam duplicatas vencidas há mais de 360 dias, reduzida de eventuais acordos e recebimentos subsequentes. A movimentação da redução ao valor recuperável está demonstrada a seguir: 2023 2022 Saldo inicial 5.560.837 4.157.191 (+) Complemento da provisão 4.828.788 5.560.837 (-) Reversão da provisão (5.560.837) (4.157.191) Saldo final 4.828.788 5.560.837 As despesas de perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa foram registradas na rubrica "despesas com vendas" na demonstração do resultado do exercício. 7. Estoques: 2023 2022 Matéria prima 32.688.814 27.517.439 Produtos em processo 2.374.037 2.647.328 Produtos acabados 19.003.233 13.630.839 54.066.084 43.795.599 10. Imobilizado: Composição do ativo imobilizado é a seguinte: Maquinas e Equipamentos Moveres e Utensílios Prédios Terrenos Veículos Bens Locados Moldes e Matrizes Instalacoes Equipamento de informática Ativos em Construção Outros Total Saldos em 1º/01/2022 44.762.649 2.157.133 1.627.727 950.000 1.959.660 917.994 24.962.712 1.221.223 1.237.796 3.626.431 2.909.903 86.333.229 Adições 3.261.316 80.602 6.508 1.500.000 - - - - 214.434 4.141.346 230.411 9.661.263 Baixas (476.631) (6.121) - - - - - - (44.755) (442.826) (11.167) (981.500) Transferências 2.269.750 335.149 - - - - - - (2.639.594) - - - Saldos em 31/12/2022 49.817.084 2.231.614 1.969.385 2.450.000 1.959.660 917.994 25.220.163 1.225.112 1.407.476 4.685.357 3.129.147 95.012.991 Adições 1.083.457 243.366 390.687 790.000 - - - - 239.007 - - - Baixas (16.000) (570) - - - - - - - - - - Transferências - - - - - - - - - - - - Saldos em 31/12/2023 50.884.541 2.474.410 5.015.743 3.240.000 1.959.660 917.994 25.237.466 1.372.507 1.646.483 4.685.357 5.099.009 102.533.170 Depreciação: Saldo em 1º de janeiro de 2022 30.661.318 1.637.802 485.986 - 1.959.660 413.129 5.998.207 993.305 1.091.986 - 1.670.106 44.911.497 Depreciação no exercício 2.969.433 119.192 67.401 - - 36.720 2.515.731 77.859 - 44.322 - 5.903.704 Baixas - - - - - - (3.254.377) - - - (3.254.377) Saldos em 31/12/2022 33.630.751 1.756.994 553.387 - 1.959.660 449.848 5.259.561 1.071.164 1.165.033 - 1.714.427 47.560.825 Depreciação: Saldo em 1º de janeiro de 2023 33.630.751 1.756.994 553.387 - 1.959.660 449.848 5.259.561 1.071.164 1.165.033 - 1.714.427 47.560.825 Depreciação no exercício 2.802.861 107.850 185.002 - - 36.719,88 3.044.114 68.968 97.365 - 2.190.170 5.793.050 Saldos em 31/12/2023 36.433.612 1.864.844 738.389 - 1.959.660 486.568 5.563.675 1.140.132 1.262.398 - 3.904.598 53.353.875 Valor líquido Contábil: Em 31/12/2022 16.186.333 474.620 1.415.998 2.450.000 0,23 468.145 19.960.602 153.948 242.443 4.685.357 1.414.719 47.452.166 Em 31/12/2023 14.450.930 609.566 4.277.354 3.240.000 - 431.426 19.673.792 232.375 384.085 4.685.357 1.194.411 49.179.295 Provisão para redução ao valor recuperável: A Administração da Companhia não identificou indícios de perdas que houvesse a necessidade de realizar o teste de redução no valor recuperável para esses ativos. A Administração considera que a projeção de geração futura de caixa é suficiente para cobertura de seus ativos. Bens dados em garantia: Alguns bens do ativo imobilizado, no montante de R\$ 26.364.744 em 31/12/2023, foram dados em garantia de empréstimos e financiamentos. Estes itens são representados, em sua grande maioria, por equipamentos e instalações industriais. 11. Intangível: 2023 2022 Softwares 1.162.905 1.162.905 Marcas, direitos e patentes 175.000 175.000 Protótipo 10.470.585 4.757.879 11.808.490 6.095.784 12. Investimentos: A composição dos investimentos é como segue: 2023 2022 Outros investimentos (a) 1.621.968 1.500.849 Participação em empresas controladas Colombo North América (b) | NE 26 49.125.162 Indústrias Reunidas Colombo de Argentina (c) (5.722.750) (2.806.739) Ativo não circulante 50.747.130 1.500.849 Passivo não circulante (5.722.750) (2.806.739) 13. Empréstimos e financiamentos: Moeda Encargos e taxa de juros Garantias 2023 2022 nacional Duplicatas / Aval / Imóveis / Máquinas e Equipamentos Capital de giro 3,60% a.a. CDI + 3,60% a.a. 162.502.338 135.603.036 Conta garantida 13,63% a.a. Aval 2.300 21.695 162.504.638 135.624.731 Moeda estrangeira Variação do USD + CDI + 5,89% a.a. Duplicatas / Aval / Imóveis / Máquinas e Equipamentos ACC/ACE/ PPE 95.287.862 56.525.185 95.287.862 56.525.185 Total empréstimos e financiamentos 257.792.500 192.149.916 Circulante 154.834.842 65.672.781 Não circulante 102.957.658 126.477.135 Conforme Nota Explicativa nº 10, os empréstimos e financiamentos estão garantidos por terrenos e edificações, máquinas, equipamentos e duplicatas em cobrança. A Companhia e suas controladas não divulgaram o valor justo dos empréstimos e financiamentos por entender que esse valor é muito próximo do valor contábil. A parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante possui os seguintes vencimentos: 2024 974.845 2025 50.885.993 2026 40.710.945 2027 9.828.354 2028 557.520 102.957.658 14. Fornecedores: 2023 2022 Mercado interno 28.124.242 30.355.184 Mercado externo 7.113.481 2.460.407 35.237.723 32.815.591 Circulante 34.473.067 30.918.476 Não circulante 764.656 1.897.115 O saldo a pagar a fornecedores no mercado externo está relacionado substancialmente a matéria prima utilizada no processo produtivo da Companhia. 15. Obrigações sociais e trabalhistas: 2023 2022 Salários 1.639.232 1.517.656 I.N.S.S. 1.580.318 1.347.809 F.G.T.S. 580.989 515.871 Férias 5.416.035 4.721.723 Encargos S/ férias 3.422.982 667.381 12.639.556 8.770.439 16. Parcelamento de impostos: 2023 2022 Parcelamento Lei nº 11.941/2009 - (Previdenciário/Multa IPI/Multa INSS) - (i) 609.753 1.511.881 Parcelamento PERT I INSS e PERT II INSS 4.007.882 4.719.994 Folha/Desoneração - (ii) - - Parcelamento Simplificado INSS 4.213.753 7.008.921 Folha/Desoneração - (iii) - - Parcelamento Convencional INSS - (iv) - 44.125 8.831.388 13.284.921 Circulante 4.299.554 4.839.700 Não circulante 4.531.834 8.445.221 (j) Parcelamento Lei nº 11.941/2009 (Previdenciário/Multa IPI/Multa INSS): A Companhia aderiu o Parcelamento da Lei nº 11.941, de 28/05/2009, que permita a consolidação dos saldos Remanescentes dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º - Débitos Previdenciários, na data de 15/06/2011 em 180 meses. Em relação a multa de IPI, refere-se ao Parcelamento de débito decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2º, da Lei nº 11.941, de 2009, foi parcelado na data de 13/05/2011 em 180 meses. Em relação aos Débitos Previdenciários, foram consolidadas em junho de 2011 e foram parceladas em 180 meses. (ii) Parcelamento PERT I INSS e PERT II INSS - Folha/Desoneração: A Companhia aderiu os parcelamentos modalidade Especial Lei 13.496/17 - PERT - Art. 2 - Inc. II cuja dívida foi parcelada em 120 meses tanto para o Pert I como para o Pert II. (iii) Parcelamento Simplificado INSS (Desoneração e Folha): Trata-se da dívida RFB - Lei 10.522/2002 Simplificado, ambas parceladas em 60 meses. (iv) Parcelamento Convencional INSS: Refere-se a parcelamento RFB - Lei 10.522/2002 Ordinário, cuja dívida foi parcelada em 60 meses e encerrada em 2023. Os parcelamentos seguirão o fluxo de pagamento demonstrado abaixo: 2025 2.814.170 2026 1.145.109 2027 572.555 4.531.834 17. Patrimônio líquido: Em 31/12/2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 6.000.000, integralmente realizado, dividido em 6.000.000 (seis milhões) de quotas, cada uma no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), as quais estão divididas entre os quotistas da seguinte forma: 2022 2021 Quotas Valor Quotas Valor 7G Participações S.A. 3.144.000 3.144.000 3.144.000 3.144.000 OD Colombo Participações S.A. 1.284.000 1.284.000 1.284.000 1.284.000 JLC Trust - Participações S.A. 1.572.000 1.572.000 1.572.000 1.572.000 6.000.000 6.000.000 6.000.000 6.000.000 Ajuste de avaliação patrimonial: É composto do efeito referente à adoção do custo atribuído feita para o ativo imobilizado em 2018, deduzido do respectivo IRPJ e da CSLL diferidos. Reserva de incentivos fiscais: A Companhia possui benefícios fiscais de ICMS mediante a sistemática do crédito presumido conforme Portaria CAT nº 35, de 26/05/2017 e Lei nº 12.973/2014 - artigo 30 parágrafo 4º. O benefício fiscal é oriundo do diferimento e redução do ICMS incidente nas vendas de implementos agrícolas e peças para máquinas agrícolas. Os incentivos fiscais concedidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal passaram a ser considerados subvenções para investimentos, dedutíveis para o cálculo de IRPJ e CSLL. Desse modo a Companhia apurou a subvenção de ICMS no valor de R\$ 25.080.808 relativo ao exercício de 2023 e R\$ 24.267.544 em 31/12/2022. Distribuição de lucros: Foi distribuído o valor de R\$ 3.525.364 de dividendos em 2023, sendo o valor de R\$ 2.349.758 já provisionado em 2022 para pagamento e o valor de R\$ 1.175.606 como distribuição adicional. Em 31/12/2023 foi provisionado o valor de R\$ 3.855.924 como constituição de dividendos baseado no resultado do exercício de 2023. 18. Receita operacional líquida: A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida é como segue: 2023 2022 Receita bruta mercado interno 390.825.459 373.044.340 Receita bruta mercado externo 112.073.009 147.301.888 Receita de prestação de serviços 38.437 52.318 (-) Impostos e devoluções (95.442.581) (86.922.518) 407.494.323 433.476.028 As receitas operacionais da Companhia são oriundas das vendas de máquinas e equipamentos para a agricultura. Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. 19. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados: Os custos apresentados na demonstração do resultado estão abertos utilizando uma classificação baseada na sua função: 2023 2022 Custos com Matéria Prima 166.777.859 196.096.915 Custos com Pessoal 31.321.069 30.162.094 Custos Indiretos de Fabricação 57.331.149 46.582.360 Depreciação e amortização 3.589.191 3.587.850 Frete 13.129.930 19.243.670 272.149.198 295.672.889

compensação. Para a utilização do saldo, em 2024 a Companhia estuda mudar o pedido de liberação de crédito para CAT83, onde será possível maior utilização do mesmo e contribuição para o caixa da Companhia. IPI a recuperar: Realizada solicitação de compensação por meio de PER/DCOMP. PIS / COFINS / IRRF / CSLL: Crédito utilizado para sua própria compensação em sua apuração. Reintegra: Pedido de utilização do crédito para compensação de impostos futuros. 9. Partes relacionadas: 2023 2022 Ativo circulante - contas a receber de clientes Colombo North América - duplicatas a receber 82.100.438 70.799.148 Indústrias Colombo de Argentina - duplicatas a receber 12.508.078 13.244.745 94.608.517 84.043.893 2023 2022 Ativo não circulante Colombo North América - mútuo (a) - 22.758.597 - 22.758.597 (a) O valor se refere a transferência de recursos financeiros para utilização na operação da Colombo North América (controlada da Companhia): 2023 2022 Passivo não circulante Combust Industrial Ltda. ME 131.480 155.200 Sistec Comercio e Serviços Ltda. - EPP 57.779 45.379 Colombo NA 309.869 202.353 Outros 23.878 23.652 523.006 426.584 20. Despesas comerciais: 2023 2022 Despesas de pessoal e comissões 13.681.858 12.029.114 Despesas com viagens e hospedagens 6.478.583 4.803.227 Despesas com alugueis de veículos 1.137.647 1.028.681 Despesas com combustíveis e lubrificantes 752.731 949.442 Provisão de Produtos Garantia 634.166 1.128.138 Feiras e eventos 3.142.138 1.358.982 Outras despesas comerciais 3.040.074 2.037.247 28.867.197 23.334.831 21. Despesas gerais e administrativas: 2023 2022 Despesa com viagens 1.128.448 938.991 Energia elétrica, água, telefone e internet 726.220 785.252 Impostos, taxas e multas 257.816 239.192 Locações 322.423 263.343 Manutenções 269.832 217.301 Pessoal 15.038.840 12.870.011 Serviços de terceiros 7.877.952 3.204.693 Combustíveis, lubrificantes e Diesel 419.136 236.948 Indenizações trabalhistas (154.323) 1.239.178 Outros 77.570 2.045.892 25.963.914 22.040.801 22. Resultado financeiro: 2023 2022 Receitas financeiras Juros ativos 465.348 51.013 Rendim. sobre aplicações financeiras 4.869.456 1.120.315 Variação cambial 28.303.775 25.195.443 Outros 16.919.714 115.368 50.558.293 26.482.139 Despesas financeiras Juros passivos (34.978.012) (22.361.502) Taxa flat (1.659.359) (664.235) Despesas bancárias (16.597.613) (3.365.852) Despesas com IOF (1.941) (6.631) Variação cambial (31.317.396) (28.964.969) Multas e juros impostos (73.502) (1.166.329) Outros (557.726) (2.272.790) (85.185.549) (57.802.307) (34.627.255) (31.320.168) 23. Contingências: A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciária, civil e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. 2023 2022 Trabalhistas 2.136.686 2.291.009 Total 2.136.686 2.291.009 Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. 24. Ativos e passivos fiscais diferidos: Impostos diferidos ativos e passivos, foram atribuídos da seguinte forma: Ativo e Passivo 2023 2022 Reconhecidos no resultado 31/12/2022 31/12/2023 Prejuízo fiscal 3.255.363 - 3.255.363 Base de cálculo negativa 1.171.931 1.171.931 Prov. p/ devedores duvidosos 1.704.679 (248.896) 1.455.783 Provisão pela não realização dos estoques 38.986 110.600 Provisão para contingências 726.473 778.943 Provisão produtos em garantia 1.206.451 990.834 Ajuste de avaliação patrimonial (4.063.478) (4.792.714) Diferença temporária - vida útil (2.097.535) (2.097.535) 1.693.974 1.122.101 A seguir, a movimentação dos impostos fiscais diferidos: Ativos e Passivos fiscais diferidos 31/12/2022 Reconhecidos no resultado 31/12/2023 Prejuízo fiscal 3.255.363 - 3.255.363 Base de cálculo negativa 1.171.931 1,171.931 Prov. p/ devedores duvidosos 1.704.679 (248.896) 1,455.783 Provisão pela não realização dos estoques 110.600 (71.614) 38.986 Provisão para contingências 778.943 (52.470) 726.473 Prov. p/ produtos em garantia 990.834 215.617 1.206.451 Ajuste de avaliação patrim. (4.792.714) 729.236 (4.063.478) Diferença temporária - vida útil (2.097.535) - (2.097.535) Impostos fiscais diferidos líquidos 1.122.101 571.873 1.693.974 Impostos correntes: O IRPJ e a CSLL são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/05/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Ursan Logística Ambiental S.A.

CNPJ/MF nº 35.351.728/0001-53 - NIRE 35.300.543.971

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				Método indireto					
Ativo	NE	2023	2022	Passivo	NE	2023	2022	Capital	Ajustes exerci- cios ante- riores	Resul- tado do exerci- cio	Total do patrimônio líquido	2023	2022
Ativo circulante		24.311.257	3.019.764	Passivo circulante	8	15.672.910	2.154.124						
Caixa e equivalente de caixa	3	50	295.096	Fornecedores	8.a	11.244.544	1.356.426						
Bancos		50	295.096	Obrigações trabalhistas	8.b	536.236	114.605						
Duplicatas a receber	4	3.153.740	1.741.719	Obrigações sociais	8.c	2.507.269	216.912						
Duplicatas a receber		3.153.740	1.741.719	Contas a pagar	8.d	319.977	295.466						
Outros créditos	5	21.157.467	982.950	Empréstimos		2.100	2.100						
Adiantamentos		654.028	173.022	Provisões trabalhistas	8.e	1.062.785	168.615						
Tributos a recuperar		1.615.238	56.828	Passivo não-circulante	9	1.472.574	14.925						
Despesas antecipadas		-	5.160	Exigível a longo prazo		1.472.574	14.925						
Empréstimos		18.888.201	747.940	Patrimônio líquido	10	36.511.808	30.428.674						
Ativo não circulante		29.346.035	29.577.958	Capital social	10.a	30.000.000	30.000.000						
Imobilizado	6	1.072.929	1.304.852	Capital social		30.000.000	30.000.000						
Maquinas e equipamentos		32.579	32.579	Resultados do exercício		6.511.808	428.674						
Veículos		1.272.438	1.272.438	Resultados acumulados		288.142	(971)						
Moveis e utensílios		12.816	-	Ajustes exercicios anteriores	10.b	6.096.690	(100)						
Equipamentos de informática		13.427	-	Resultados do exercício	10.c	126.976	429.744						
(-) Depreciação acumulada		(258.331)	(166)	Total do passivo		53.657.292	32.597.722						
Intangível	7	28.273.106	28.273.106	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
Acervo técnico		19.153.133	19.153.133	Descrição		2023	2022						
Licença de uso		9.119.973	9.119.973	Receita operacional bruta		47.707.338	4.219.760						
Total do ativo		53.657.292	32.597.722	Receita de serviços prestados		(5.870.232)	(427.664)						
NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS				Receita operacional líquida		41.837.105	3.792.097						
1. Contexto Operacional: A Ursan Logística Ambiental S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Engenheiro Antônio Jovino, nº 220, 2º andar, CJ 24, Vila Andrade, São Paulo/SP, CEP 05727-220, tem por objeto social a coleta de lixo urbano, varrição de vias e logradouros públicos, implantação, operação e manutenção de aterro sanitário, coleta de lixo hospitalar e ambulatório, prestação de serviços de engenharia, exploração do ramo da construção civil em geral, incluindo execução de projetos, consultoria e assessoria, terraplenagem, recapeamento e pavimentação asfáltica e obras complementares, prestação de serviços de higiene e limpeza urbana, prestação de serviços de higiene e limpeza de prédios públicos e privados, execução de obras de saneamento, execução de serviços de manutenção urbana e predial, locação de bens móveis e equipamentos, implantação, manutenção e conservação de áreas verdes, praças, parques e jardins". 2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 2.1. Moeda Funcional e de Apresentação: As demonstrações contábeis da sociedade estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação. 2.2. Caixa e equivalentes de Caixa: Incluem caixa, contas bancárias e aplicações contábeis com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, demonstrado pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. 2.3. Instrumentos Financeiros: A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e suas classificações são definidas no reconhecimento inicial. Mensurados ao valor justo por meio de resultado são os ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e encontram-se registrados no Ativo Circulante. Os ganhos ou perdas apuradas são apresentados na demonstração do Resultado na rubrica de Receitas Contábeis Líquidas, no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tivesse sido contratado em conexão com outra operação. Empréstimos e recebíveis são os valores concedidos e os créditos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. 2.4. Imobilizado: O imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e das provisões por perdas do valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que representam a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado posteriormente. 2.5. Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. 2.6. Outros Ativos e Passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Sociedade decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. 2.7. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas: a) Julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. b) Estimativas e Premissas: Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: c) Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas: A Sociedade reconheceu em seu Plano de Recuperação Judicial, provisão para possíveis causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para													

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da Ursan Logística Ambiental S.A., São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Ursan Logística Ambiental S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ursan Logística Ambiental S.A. ("Companhia") em 31/12/2023, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Pronunciamentos contábeis:** A Administração Ursan Logística Ambiental S.A. está em andamento com o processo de adequação aos Pronunciamentos

Contábeis (CPCs), Normas Internacionais e Lei 11.638/07 e todos os pronunciamentos que não foram observados neste exercício e que possam gerar efeitos relevantes de ajustes nas demonstrações contábeis, deverão ser adotados no exercício seguinte. Conforme nota explicativa, a Companhia está em implantação de um novo modelo de gestão contábil e financeiro, de sistemas e de controles internos, reorganização societária, inclusive com a contratação de especialistas em cada área relevante da Companhia, no intuito da adequada apuração de seus demonstrativos contábeis e financeiros, melhorando desta forma suas informações operacionais. **Ênfase - Contingências:** A Companhia, por ser nova, irá apurar e apropriar no exercício seguinte, as possíveis contingências existentes na data de seu balanço, para fazer face às perdas estimadas por seus advogados. **Ênfase - Alteração de ações:** De acordo com as notas explicativas 12.1), conforme ata de assembleia geral extraordinária realizada em 16 de janeiro 2023 e registro na junta comercial, houve alteração nas ações da Companhia, sem influenciar no capital social da companhia. Essa alteração não afeta nossa opinião. **Ênfase - Ajustes de exercícios anteriores:** São considerados como ajustes de exercícios anteriores, os fatos decorrentes de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a exercício anterior, desde que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes (art. 186, § 1º LEI Nº 6.404/76). Em atendimento ao disposto no Pronunciamento Técnico CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para fins de adequação desses saldos, os erros identificados não foram corrigidos em suas respectivas contas patrimoniais em contrapartida

de Ajustes de Exercícios Anteriores, no Patrimônio Líquido, os quais totalizaram em 31/12/2023 o valor líquido devedor de R\$ 6.096.690 e em 2022 de R\$ (99.76). **Auditoria do período anterior:** As demonstrações contábeis da Ursan Logística Ambiental S.A. para o exercício findo em 31/12/2022 foram anteriormente por nós auditadas, e não houve modificações em nossa opinião datada em 21/04/2023. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aquelas com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/05/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

Urbsan Logística Ambiental S.A.

contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se

concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem

levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança

a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 24/04/2024. **AH**

Audit Home Auditores Independentes S/S, CRC 2SPO22333/O-5;
Paulo Alves das Flores, CRC 1 SP 196616/O-0.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/05/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Geração Bioeletricidade Santa Cândida I S.A.

CNPJ/MF nº 12.990.881/0001-14 – NIRE 35300418522

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Pelo presente, o Diretor Presidente da **Geração Bioeletricidade Santa Cândida I S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade de Bocaina, Estado de São Paulo, na Fazenda Santa Cândida, s/n, Zona Rural, CEP 17.240-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.990.881/0001-14 ("Companhia") convoca os Srs. acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia, a ser realizada de forma exclusivamente digital, em 31 de maio de 2024, às 15 (quinze) horas, para deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a consignação da renúncia da Diretoria da Companhia; (ii) a alteração dos cargos da Diretoria e a extensão do mandato da Diretoria para 3 (três) anos; (iii) a eleição de nova Diretoria; (iv) a alteração do exercício social da Companhia; (v) a alteração do endereço da sede da Companhia; (vi) a ampla reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme versão disponibilizada na sede da Companhia; (vii) a autorização para lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o § 1º do artigo 130 da Lei 6.404/76 ("LSA"); e (viii) a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários para a implementação das deliberações da assembleia geral, incluindo, sem limitação, a assinatura de todos os documentos necessários à efetivação das deliberações acima. **Disposições gerais:** Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, os documentos pertinentes às deliberações a serem tomadas na referida Assembleia Geral Extraordinária. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital por meio da plataforma Microsoft Teams, podendo os acionistas participarem e votarem por meio da referida plataforma. Para tomar parte e votar na Assembleia, o acionista deve provar sua qualidade como tal, apresentando, em até 02 (dois) dias de antecedência em relação à data da Assembleia Geral Extraordinária, seus documentos de representação pertinentes. Os documentos originais ou cópias autenticadas deverão ser encaminhados aos cuidados de Isis Paula Cerinotti Malhaes, ao e-mail "isis.malhaes@elera.com" com o assunto "AGE 31/05/2024", sendo que o link da Assembleia será enviado pela administração da Companhia em resposta ao referido e-mail com até 1 (uma) hora de antecedência da realização da Assembleia. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma e com o acesso à teleconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou manutenção de conexão e de utilização da plataforma que não estejam sob controle da Companhia. Os acionistas representados por procuradores deverão encaminhar os respectivos instrumentos de mandato e de representação, sendo que os outorgados deverão preencher os requisitos constantes no Art. 126, § 1º da LSA. Bocaina/SP, 23 de maio de 2024. **Fernando Mano da Silva** – Diretor Presidente.

RCB Investimentos S.A.

CNPJ nº 08.823.301/0001-27 – NIRE 35.300.341.856

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024

Data, Hora e Local: Aos 30 de abril de 2024, às 10:30 horas, na sede da Companhia, localizada na Praça General Gentil Falcão, nº 108, conjunto 132 do Centro Empresarial e Cultural João Domingues de Araujo, Brooklin Novo, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presença:** Presentes os Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas, ficando, desta forma, constatada a existência de quórum legal para a realização da referida Assembleia, bem como presentes todos os membros da Administração da Companhia e Auditor Independente. **Publicações Legais:** (1) **Edital de Convocação:** dispensada a sua publicação, nos termos do § 4º, do Artigo 124, da Lei nº 6.404/76; e (2) **Demonstrações Financeiras:** relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras, e relatório dos Auditores Independentes, publicados no jornal "Data Mercantil" em edições impressas, de forma resumida, e edição digital na íntegra, em 28 de março de 2024 ("Demonstrações Financeiras"). **Mesa: Presidente** – Alexandre do Rosário Nobre; **Secretário** – Renato Pudente de Toledo. **Ordem do Dia: Deliberar** sobre a **aprovação (1)** das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(2)** da proposta de destinação dos resultados da Companhia. **Leitura de Documentos e Recebimento de Votos:** (a) Dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária, uma vez que são de inteiro conhecimento dos Acionistas; (b) As declarações de votos, protestos e dissidências porventura apresentados serão recebidos, numerados, autenticados pelo Secretário da Mesa e serão arquivados na sede da Companhia, consoante com o parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. **Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia e dos respectivos documentos, os Acionistas presentes decidiram, por unanimidade de votos e sem qualquer restrição ou ressalva: **1. Aprovar** as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, bem como as demais peças das Demonstrações Financeiras e Relatório dos Auditores Independentes; **2. Aprovar** a proposta para destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, destinando o lucro registrado no montante total de **R\$ 126.312.699,17** (cento e vinte e seis milhões, trezentos e doze mil, seiscentos e noventa e nove reais e dezessete centavos), conforme, a seguir: **2.1. Ratificar** a distribuição de dividendos auferidos no exercício social de 2023, no montante total de **R\$ 118.051.499,15** (cento e dezoito milhões e cinquenta e um mil e quatrocentos e noventa e nove reais e quinze centavos), os quais foram pagos da seguinte forma: **2.1.1.** O montante de **R\$ 51.680.970,98** (cinquenta e um milhões seiscentos e oitenta mil novecentos e setenta reais e noventa e oito centavos), relativos ao primeiro semestre do ano de referência, pagos aos acionistas em 14 de agosto de 2023, conforme aprovado na Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de julho de 2023 e registrada perante a JUCESP sob o nº 340.693/23-0; **2.1.2.** O montante de **R\$ 66.370.528,17** (sessenta e seis milhões, trezentos e setenta mil, quinhentos e vinte e oito reais e dezessete centavos), relativos ao segundo semestre do exercício social de 2023, pagos aos acionistas em 22 de fevereiro de 2024, conforme aprovado na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2024 e registrada perante a JUCESP sob o nº 87.984/24-6. **2.2. Destinar** à conta de reserva legal no montante de **R\$ 235,58** (duzentos e trinta e cinco reais e cinquenta e oito centavos), totalizando um saldo de **R\$ 2.749.649,96**, atingindo assim o limite de 20%, em total conformidade com as diretrizes estabelecidas no § 1º do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações; e **2.3. Destinar** à conta de retenção de lucros no montante de **R\$ 8.260.964,44** (oito milhões e duzentos e sessenta mil e novecentos e sessenta e quatro reais e quatro centavos), totalizando um lucro acumulado de **R\$ 14.141.293,07** (quatorze milhões e cento e quarenta e um mil e duzentos e noventa e três reais e sete centavos); **Documentos:** Os documentos relativos à Ordem do Dia constam na presente como Anexo e estão arquivados na sede da Companhia e foram colocados à disposição para consulta dos Acionistas. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia Geral Ordinária e lavrada a presente Ata, ficando autorizada a lavratura da presente na forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos Acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º da Lei das Sociedades por Ações, a qual foi lida, aprovada e assinada pelos Membros da mesa e por todos os acionistas presentes. **Assinaturas: Mesa:** Sr. Alexandre do Rosário Nobre (Presidente); Sr. Renato Proença Prudente de Toledo (Secretário). **Acionistas Presentes:** Bradesco Holding de Investimentos S.A., Wattana Empreendimentos e Participações S.A. e USA Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior. São Paulo, 30 de abril de 2024. JUCESP nº 204.634/24-6 em 16/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Cubico Brasil S/A

CNPJ/MF nº 20.664.779/0001-57 – NIRE 35.300.467.604

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de maio de 2024

Data, Hora e Local: Realizada em 27 de maio de 2024, às 10h00, de modo exclusivamente digital através da plataforma Microsoft Teams, coordenada pela CUBICO BRASIL S/A, localizada com sede Alameda Santos, nº 200, Térreo, Cerqueira César, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01418-200 ("Companhia"). **Presença e Convocação:** Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Composição da Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. Lilianna Krystyna Pereira Harasimowicz, que convidou o Sr. Christiano Gabetto Dias Lopes para atuar como secretário. **Ordem do Dia:** Apreciação e aprovação de propositura da administração sobre redução do capital social da Companhia. **Deliberações:** Instalada a Assembleia os acionistas deliberaram o seguinte: **(1)** Pelo voto afirmativo de 80% (oitenta por cento) do capital social votante da Companhia, observado o disposto no Artigo Quinto, Parágrafo Primeiro do Estatuto Social da Companhia, aprovar a proposta da administração para redução do seu capital social, por julgá-lo excessivo, com base na prerrogativa conferida pelo artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, de R\$ 243.323.721,26 (duzentos e quarenta e três milhões, trezentos e vinte e três mil, setecentos e vinte e um reais e vinte e seis centavos), para R\$ 217.823.721,26 (duzentos e dezesseite milhões, oitocentos e vinte e três mil, setecentos e vinte e um reais e vinte e seis centavos), uma redução, portanto, no valor de R\$ 25.500.000,00 (vinte e cinco milhões e quinhentos mil reais). **(2)** A redução de capital ora deliberada: (a) acarretará a restituição dos haveres correspondentes aos acionistas da Companhia, na proporção da sua participação no capital social; e (b) será realizada sem o cancelamento de emissão da Companhia. A redução do capital social ora deliberada somente se tomará efetiva após o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias para oposição de credores, contados da data da publicação da presente ata. Transcorrido o referido prazo, a presente ata será levada a registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo. **(3)** Em virtude da deliberação supra, fica aprovada a nova redação do caput do Artigo Quinto do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo Quinto – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 217.823.721,26 (duzentos e dezesseite milhões, oitocentos e vinte e três mil, setecentos e vinte e um reais e vinte e seis centavos), divididos em 1.333.323.721 (um bilhão, trezentas e trinta e três milhões, trezentas e vinte e três mil, setecentas e vinte e uma) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal." **(4)** A 35 Moront Corporation, detentora de 2 (duas) ações da Companhia, neste ato, expressamente declara que se absteve de exercer seu direito de voto nas deliberações aprovadas acima. Por fim, **Foi Autorizada** a lavratura da presente ata, na forma de sumário, conforme previsto no artigo 130, § 1º da Lei Lei de Sociedades por Ações. **Encerramento, Aprovação e Assinatura:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente encerrou os trabalhos da Assembleia Geral, sem que se verificassem dissidências, protestos, propostas ou declaração de voto dos acionistas, lavrando-se esta ata que vai assinada pelos membros da Mesa e demais acionistas presentes, destinando-se uma via para formação do livro de Atas das Assembleias Gerais. **Assinaturas:** Presidente da Mesa: Lilianna Krystyna Pereira Harasimowicz. Secretário: Christiano Gabetto Dias Lopes. **Acionistas: Cubico Sustainable Investments Limited e 35 Moront.** Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. **Mesa:** Lilianna Krystyna Pereira Harasimowicz; Christiano Gabetto Dias Lopes.

Painco Indústria e Comércio S/A

C.N.P.J. Nº 56.563.976/0001-27 – NIRE Nº: 3530001948/2

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de Abril de 2024

Data: 30 de Abril de 2024 às 9:00 Horas. **Local:** Rodovia Nelson Caproni S/Nº, KM 2,5, Bairro Vitória Perim Cezarino, na cidade de Rio das Pedras, estado de São Paulo. **Convocação e Quorum:** Dispensada pela presença dos acionistas representando a totalidade do Capital Social. **Mesa Diretora:** Presidente : Antonio João Severino; Secretário: Carlos Alberto Severino. **Publicações: Balanços:** Publicado Balanço de 2.023 no Jornal "Data Mercantil" Edição de 08 de Março 2.024 Página 06. **Ordem do Dia: A) Ordinária:** 1- Leitura, Discussão e Votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado dos Exercícios de 2.023; 2- Deliberar sobre a Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social findo em 31 de Dezembro de 2.023 e a Distribuição de Dividendos; 3- Eleição do Conselho Fiscal; 4- Eleição da Diretoria. **B) Extraordinária:** 1- Aumento Capital Social. **Deliberações: A) Ordinária: Balanços Geral:** 1- Examinados, Discutidos e Votados Os Balanços Geral e respectivas Demonstrações Financeiras e demais documentos dos Exercícios de 2.023, verificou-se a Aprovação. 2- Após discussão sobre o destino do Lucro Líquido do Exercícios de 2.023 e Distribuição de Dividendos os Acionistas resolveram manter o Total do Lucro Líquido em Reserva de Lucro. 3- **Eleição dos Membros do Conselho Fiscal:** A Assembleia resolveu por unanimidade não instalar o Conselho Fiscal, conforme prevê o Artigo 161 da Lei 6.404/76 e o Estatuto Social da Empresa. 4- **Eleição dos Membros da Diretoria:** Ficou eleita a Diretoria com mandato para o Biênio 2024/2025 com Vencimento 30/06/2025, conforme prevê o Estatuto Social, Como Consta: Diretor Presidente: Antonio João Severino, CPF 716.892.498-20 e RG 5.405.530 residente e domiciliado A Travessa Prates, 200, Apto 112, na cidade de Rio das Pedras-SP; Diretores: Maria Luciane Severino Castelaní, CPF 191.621.098-80 e RG 19.225.710-9, residente e Domiciliado A Avenida Elias Candido Ayres, 294, Jardim São Cristóvão, na cidade Rio das Pedras-SP; Daniela Beatriz Gobbo Cordeiro, CPF-167.903.438-30 e RG 11.505.543-5, residente e domiciliada A Alameda Mario Coral Gonçalves, 25 Condomínio Residencial Monte Alegre, na cidade de Piracicaba-SP e Carlos Alberto Severino, CPF-055.066.018-67 e RG 12.374.394, Residente e Domiciliado A Avenida dos Operários, 39 Jardim São Cristóvão, Na Cidade de Rio das Pedras-SP. Sendo que O Termo de Posse Consta em Anexo. Fixou-Se Posteriormente os Honorários dos Diretores Atuantes na Empresa de Acordo com suas Funções e no Limite de até 350 Salários Mínimos. **B) Extraordinária:** 1- Aprovado por unanimidade o aumento do Capital Social De R\$ 122.000.000,00 (Cento e Vinte e Dois Milhões de Reais) para R\$ 150.000.000,00 (Cento e Cinquenta Milhões de Reais) Representado Por 150.000.000 (Cento e Cinquenta Milhões) de Ações Ordinárias pelo Valor Nominal de R\$ 1,00 (Hum Real) Cada Ação. Utilizando Parte do Saldo de Reserva de Lucros, Sendo o Capital Social Totalmente Integralizado. **Outros Assuntos:** Tomando A Palavra, O Presidente Colocou A Disposição Dos Acionistas para quem dela Quisesse Fazer Uso, Mas Como Nada Mais Houvesse a Tratar, Deu-se por Encerrada a Assembleia, sendo que todas as Deliberações foram tomadas por unanimidade pela Assembleia Geral. **Declaração de Desimpedimentos:** Os Diretores ora Eleitos Declaram que não estão Sendo Processados e não foram condenados por crimes que os impeçam de exercerem atividades comerciais. Lavrada a presente Ata e lida segue assinada por todos os presentes. Rio das Pedras, 30 de Abril de 2.024. Antonio João Severino - Presidente; Carlos Alberto Severino - Secretário. **Acionistas:** Antonio João Severino; Matheus Montagnani; Lucas Severino; Jag Participações Societárias Ltda Representada Por Daniela Beatriz Gobbo Cordeiro; Espólio de Armando Luiz Degaspari Junior Representado Por José Pedro Degaspari, José Ricardo Degaspari, Natalia Moraes Degaspari e Silvana Maria Bressan Degaspari; Denise Aparecida Degaspari Severino. Declaramos estar conforme o Original. **Antonio João Severino** - Presidente; **Carlos Alberto Severino** - Secretário. Juceesp nº 208.979/24-4 em 22/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/05/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Itaoca S.A. Administração de Bens

CNPJ/MF nº 01.943.295/0001-00

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Itaoca S.A. Administração de Bens, sociedade anônima com sede na Rua Afonso José de Carvalho, 230, Vila Madalena, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.943.295/0001-00 ("Companhia"), neste ato representada por suas diretoras, Maria Virginia Monteiro Machado e Carmen Moraes Barros Sguizzardi, nos termos dos artigos 124 e 294, III, da Lei nº 6.404/76, convoca os acionistas da Companhia para a **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária** que será realizada no dia 4 de junho de 2024, às 10h00, na Rua Bandeira Paulista, 726, conjunto 174, Itaim Bibi, CEP 04532-002, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, cuja ordem do dia será: **(a) em sede de assembleia geral ordinária**, (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e, havendo lucro a ser distribuído, a distribuição de dividendos; e **(b) em sede de assembleia geral extraordinária**, discutir as possíveis alternativas para destinação do ativo da Companhia denominado "Verava". Os documentos aplicáveis de que trata o art. 133 da Lei nº 6.404/76 encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. São Paulo, 07 de maio de 2024. **Itaoca S.A. Administração de Bens.** (27, 28 e 29/05/2024)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/05/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

